



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2011
(do Deputado **CARLOS ALBERTO LERÉIA**)

Requer que seja convidado o Excelentíssimo Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, o Excelentíssimo Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado – Chefe da Controladoria Geral da União, o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil e o Sr. Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Sindical) para, em audiência pública, prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a denúncia referente a exigência de propina nos portos e aeroportos do país para agilizar a entrega de mercadorias importadas.

Nos termos do art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelênci que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública, com a presença do Excelentíssimo Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, o Excelentíssimo Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado – Chefe da Controladoria Geral da União, o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil e o Sr. Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Sindical) para, em audiência pública, prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a denúncia feita pelo jornal Correio Braziliense em 29 de agosto de 2011, referente a exigência de propina nos portos e aeroportos do país para agilizar a entrega de mercadorias importadas.

JUSTIFICATIVA

O jornal Correio Braziliense publicou em 29 de agosto de 2011 reportagem intitulada “Fiscais cobram ‘pedágio’ na aduana”. Segundo os repórteres Sílvio Ribas e Rosana Hessel, importadores brasileiros reclamam da corrupção entre os fiscais da Receita que cobrariam propina para a liberação de mercadorias importadas.

Atento para o fato de que o Brasil é um grande importador – importou no ano passado US\$ 127,7 bilhões - e que a cobrança de propina pelos fiscais da Receita Federal nas diversas alfândegas dos portos e aeroportos do Brasil afetaria todo o comércio externo do país, prejudicando inclusive a população consumidora, pois se sabe que a propina eleva o preço final do produto.

A reportagem afirma que o fato é de conhecimento público, pois somente em julho deste ano o governo expulsou 98 funcionários públicos por improbidade sendo 8 da Receita Federal .

Segundo os empresários, a “taxa de desembaraço”, como é chamada pelos fiscais corruptos, encontra terreno fértil na burocracia do Estado, pois permite que os fiscais façam uma “leitura pessoal” tendenciosa das instruções federais, interpretando as regras segundo suas intenções. Reclamam da complexidade de procedimentos para a tramitação de documentos e licenças. Informam que quem paga a propina tem sua mercadoria liberada rapidamente, enquanto os que optam por não participar ficam com seus produtos por semanas nos pátios, às vezes até deteriorando-se.

Tendo em vista a gravidade da denúncia, solicito a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que realize audiência pública com os envolvidos, a fim de levantar os fatos e auxiliar na busca de uma solução para o problema denunciado.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2011.

Deputado CARLOS ALBERTO LEREIA (PSDB/GO)